



TRANSFEMINICÍDIO: ANÁLISE DA DESSUBJETIVAÇÃO DAS PESSOAS TRANS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Manoel Rufino David de Oliveira¹

RESUMO

O presente estudo busca averiguar quais as dinâmicas de dessubjetivação que permeiam o fenômeno do transfeminicídio no Brasil. Adotou-se como ferramentas metodológicas do trabalho revisão bibliográfica, baseada nos referenciais de Michel Foucault e Giorgio Agamben, e revisão documental, apoiada em relatórios sobre homicídio contra pessoas trans. Ao final, concluiu-se que o transfeminicídio é um dos vários mecanismos de normalização de corpos e de sexualidades desviantes, operando mediante o apagamento físico e simbólico de indivíduos abjetos que não se adequam à lógica de mercado da sociedade neoliberal e à matriz heterossexual de sexo/gênero/sexualidade.

Palavras-chave: Transfeminicídio. Pessoas Trans. Dessubjetivação. Sociedade neoliberal. Matriz heterossexual.

TRANSFEMINICIDE: ANALYSIS OF THE DESUBJECTIVATION OF TRANSGENDER PEOPLE IN BRAZILIAN SOCIETY

ABSTRACT

This study aims to investigate the dynamics of desubjectivation that permeate the transfeminicide phenomenon in Brazil. From the methodological point of view, were chosen as methodological tools the bibliographic review, based on the references of Michel Foucault and Giorgio Agamben, and documentary review, based on reports on homicide against trans people. In the end, it was concluded that transfeminicide is one of several mechanisms of normalization of deviant bodies and sexualities, operating through the physical and symbolic erasure of abject individuals that do not fit the neoliberal society's market logic and the heterosexual matrix of sex, gender and sexuality.

Keywords: Transfeminicide. Transgender people. Desubjectivation. Neoliberal society. Heterosexual matrix.

INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno de constante e indesejável proximidade das pessoas trans², tend em vista que, em muitos casos, ao se remeterem à sua própria história, uma pessoa trans reconheça uma constante

¹ Doutorando em Estudos Críticos do Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de pesquisa "Dispositivos normativos e marginalizações sociais". Mestre em Direitos Humanos e Inclusão Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor universitário na Faculdade Faci Wyden e na Escola Superior Madre Celeste. Endereço eletrônico: manoelrufinoadv@gmail.com. Endereço para o lattes: <http://lattes.cnpq.br/4820082227732791>.

² Adota-se, nesta pesquisa, o termo "trans" para se referir, de modo geral, a todas as vivências identitárias contempladas dentro das identidades de gênero. É necessário esclarecer que trans é um termo guarda-chuva (umbrella term) que deriva da abreviação do prefixo constante em diversas palavras que expressam diferentes identidades, como os homens e as mulheres transexuais e as travestis. Além disso, esse termo guarda-chuva é mais inclusivo por também englobar pessoas que se identificam fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, fora dos padrões hegemônicos de masculino e feminino, tais como pessoas agênero, genderqueer, gênero fluido, dentre outras. Portanto, o referido termo será utilizado neste trabalho por ser o mais difundido e adequado dentro da comunidade trans, evitando-se classificações excludentes.





proximidade com a violência física e social enquanto um conjunto de práticas que assolam constantemente suas vidas. A violência e a opressão surgem assim como elementos absolutamente presentes no que é dito e vivido por esse grupo.

Se, por um lado, os diferentes tipos de violência sofrido por pessoas trans distanciem cada história de vida, a sua existência é um ponto que aproxima suas histórias. “Sofrimento”, “agressão”, “gozações”, “opressão” são palavras frequentemente evocadas e atreladas às vivências trans³ como constituintes primeiras e fundamentais de sua formação. As situações de violência descritas sobre seu passado, suas vivências escolares, sua vivência familiar e sua vivência nas ruas surgem igualmente de forma regular. De fato, as relações de poder⁴ são elementos comuns às trajetórias das pessoas trans.

Importante reconhecer que, até o presente momento, o estudo da violência contra pessoas trans ainda se revela muito acanhado nos estudos em Segurança Pública, pois são poucos os pesquisadores a trabalharem e discutirem essa questão de um ponto de vista crítico, disruptivo e interdisciplinar. Critica-se que, quando a discussão desses assuntos é mantida a portas fechadas, faz-se com que a própria desigualdade de gênero e a violência transfóbica permaneçam atrás dessas portas, silenciadas, ignoradas e, sobretudo, perpetuamente invisibilizadas.

Dessa forma, defende-se aqui a necessidade da pesquisa acerca da realidade das pessoas trans no Brasil, de forma a revelar as relações de poder que permeiam sua existência, principalmente no que tange às relações que incidem sobre os crimes de ódio transfóbico perpetrados contra essa população de forma sistêmica. Analisando os dispositivos de poder que operam na tentativa de normalizar e dessubjetivar essas pessoas, será possível compreender as singularidades da arte de governar (e controlar) corpos que desafiam as lógicas de mercado e da matriz heterossexual que permeiam sociedade.

Sendo assim, destacou-se como indagação principal desta pesquisa: **quais as dinâmicas de dessubjetivação que permeiam o fenômeno do transfeminicídio no Brasil?**

Dessa forma, adotou-se como objetivo geral Compreender o apagamento físico e simbólico das diversidades de gênero a partir da análise das relações de poder e de violência existentes no fenômeno do extermínio da população trans, e, os seguintes objetivos específicos:

- Contextualizar o fenômeno do extermínio sofrido pelas pessoas trans, com enfoque nos homicídios perpetrados contra essa população no contexto brasileiro
- Compreender o conceito de dispositivo de poder, em especial no que tange ao seu papel na subjetivação e dessubjetivação do indivíduo trans
- Investigar em que medida a dessubjetivação permeia o fenômeno do transfeminicídio no Brasil, com enfoque específico das relações de poder existentes nessa situação

Com o objetivo de perfazer os objetivos deste projeto, elegeu-se como ferramentas metodológicas principais a revisão bibliográfica e revisão documental. Primeiramente, quanto à revisão bibliográfica, no tocante às discussões teóricas sobre gênero, foram utilizados Joan Scott (1995), Jeffrey Weeks (2000) e Judith Butler (2003) e Berenice Bento (2017). Acerca dos modos de constituição dos sujeitos e dos mecanismos de exclusão dos indivíduos na sociedade neoliberal, destacam-se Michel Foucault (2015), Giorgio Agamben (2005) e Gilles Deleuze (2008).

Por sua vez, a revisão documental realizada no presente estudo propiciará traçar um mapa da violência sofrida por pessoas trans no contexto nacional e local, com enfoque na análise de dados produzidos acerca do

Apenas não será utilizado quando se fizer necessária a particularização do indivíduo de acordo com sua identidade de gênero específica, individualizada de cada termo (travesti, transexual), de acordo com a particularidade da discussão.

³ Utiliza-se, nesta pesquisa, o termo “vivências trans” como termo guarda-chuva para se referir às experiências das pessoas trans na percepção e na construção da sua identidade de gênero. Assim como o termo “trans” abarca uma variedade de identidades de gênero, a nomenclatura “vivências trans” busca englobar a diversidade de vivências de identidade de gênero compreendida na transexualidade, na travestilidade e nas transgeneridades não-binárias. Optou-se pela utilização desse termo em razão de comunicar, de forma mais expressa, que a transgeneridade é um modo de viver, algo tão natural quanto a cisgeneridade.

⁴ Toma-se como referência para este trabalho a noção foucaultiana de poder, segundo a qual o poder é “feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (FOUCAULT, 2015, p. 369). Para o autor, o poder seria não um ato unilateral de dominação ou controle sobre o outro, mas sim uma relação de forças que seguem de cima para baixo e de baixo para cima em diferentes potencialidades.



extermínio sofrido por essa população, mediante o estudo de relatórios de mortes de pessoas trans produzidos pela Transgender Europe (2018), pelo Grupo Gay da Bahia (2019) e pela Rede Trans Brasil (2019).

Posto isto, o presente trabalho organiza-se da seguinte forma:

Na primeira seção, intitulada "Extermínio de pessoas trans: mapeamento da violência transfóbica no Brasil", será mapeada a ocorrência dos crimes de homicídio cometidos contra pessoas trans no Brasil, mediante a análise de dossiês elaborados por organizações da sociedade civil como Transgender Europe, Grupo Gay da Bahia e Rede Trans Brasil. Dessa maneira, espera-se contextualizar a ocorrência de transfeminicídio no contexto brasileiro.

Na segunda seção, nomeada "Dispositivo de poder: dinâmicas de subjetivação e dessubjetivação do indivíduo", será abordada a categoria analítica de "dispositivo de poder", conforme utilizado pela teoria de Michel Foucault, Giorgio Agamben e Gilles Deleuze, para argumentar acerca dos processos de subjetivação e dessubjetivação que formam os indivíduos trans na sociedade.

Por fim, na terceira seção, denominada "Apagamento trans: dinâmicas de dessubjetivação de pessoas trans mediante homicídios transfóbicos", será trazido à baila o fenômeno de dessubjetivação sofrido pelas pessoas trans no contexto brasileiro, de forma a investigar em que medida a dessubjetivação permeia o fenômeno do transfeminicídio no Brasil. Dessa forma, espera-se investigar se existem e quais seriam as relações de poder existentes nesse processo específico de dessubjetivação praticada mediante o extermínio de corpos trans.

1) Extermínio de pessoas trans: mapeamento da violência transfóbica no Brasil

Em 21 de janeiro de 2019, em Campinas, foi preso o homem acusado de matar e retirar o coração de uma travesti, tendo confessado a prática do crime sob a "justificativa" de que a vítima era um "demônio". Segundo informações do jornal O Globo, o autor do crime teve relações sexuais com a travesti, um pouco antes de cometer o assassinato. O corpo da vítima - com o rosto lesionado e o tórax aberto - foi encontrado pelos policiais, com uma imagem de um santo sobre ele, em um bar indicado pelo autor do crime. Já o coração da vítima estava enrolado em um pano, escondido debaixo de um guarda-roupas, na casa do assassino.

Em outra ocorrência, em 18 de março de 2019, uma travesti de 25 anos foi assassinada a tiros em Buritis, no Vale do Jamari, Rondônia. Conforme a Polícia Militar, a vítima havia saído de uma festa e foi abordada pelo suspeito quando retornava para casa. A Polícia Militar foi acionada por volta das 5h da manhã, pois moradores informaram terem escutado o barulho de quatro disparos de arma de fogo, e ao verificarem se depararam com o corpo da vítima caído na rua. Os policiais foram ao local e constataram que a vítima estava sem vida.

Em 4 de abril de 2019, Eduarda Alburquerque, mulher trans de 22 anos, foi encontrada morta numa área deserta próxima de uma cachoeira no Parque Mambucaba, na Costa Verde do Rio, Angra dos Reis. A vítima foi encontrada com as mãos amarradas com uma espécie de toalha ou pano, ao passo que fita adesiva foi usada para amordaçar sua boca. A polícia suspeita que, pelos indícios apresentados, ela tenha sido torturada e espancada até a morte com requintes de crueldade. Ela seria moradora do bairro Ilha das Cobras, em Paraty, na cidade vizinha.

As três narrativas trazidas acima, anunciando casos brutais e recentes de violência transfóbica, evidenciam a constante e indesejável proximidade das pessoas trans com a violência. Contudo, o grau de invisibilização social das pessoas trans no Brasil é tão alto que não existem censos do IBGE ou estudos do IPEA para mapear esse segmento pelo país, a fim de serem fomentadas políticas de Direitos Humanos no combate à violência e criadas Políticas Públicas de Estado para atender as demandas desse segmento. Os poucos dados oficiais produzidos sobre transfeminicídio evidenciam as brutais violações a que é submetida.

Uma breve análise de relatórios de crimes de ódio perpetrados contra pessoas trans, evidencia a lógica de apagamento físico e social a qual se sujeita esse grupo social. Quanto ao extermínio de pessoas trans, foram registrados 369 homicídios de pessoas trans no mundo entre o período de outubro de 2017 a setembro de 2018, conforme relatório publicado pela associação internacional Transgender Europe (2018)⁵. Nesse contexto, o

⁵ Transgender Europe (TGEU) é uma rede de diferentes organizações de pessoas transexuais, travestis e de "gênero não conformante" para combater a discriminação e a violação de direitos das pessoas trans. A TGEU foi fundada em 2005,



Brasil é o país que mais mata (em números absolutos) a população trans no mundo, com 167 casos documentados, seguido por México com 71 casos e Estados Unidos com 28.

Esse cenário de extermínio das vidas trans no contexto brasileiro já vem sendo registrado há alguns anos por organizações internacionais, uma vez que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2014) também apontou o Brasil como o país com o maior índice de mortes violentas de pessoas transgêneros no continente americano, conforme registro feito no período de janeiro de 2013 a março de 2014. Nesse relatório, constam 140 assassinatos de pessoas trans no Brasil, havendo uma diferença de 100 casos entre o nosso país e o segundo colocado.

Os dados produzidos pelo Grupo Gay da Bahia⁶ mostram que no ano de 2018 a população LGBT sofreu 320 homicídios notificados, totalizando 76% dos casos de violência computados. Já os suicídios foram 100, totalizando 24% dos dados. Em relação ao ano de 2017 observou-se uma pequena redução no número de mortes. Neste ano em questão, foram computadas 445 mortes, recorde desde o início da contagem há 39 anos, sendo notável que a população trans é a mais vulnerabilizada nesse contexto:

Em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável a mortes violentas. Sob o rótulo “trans”, foram incluídas 81 travestis, 72 mulheres transexuais, 6 homens trans, 2 drag queens, 2 pessoas não-binárias e 1 transformista. Esse total de 164 mortes, se referidas a 1 milhão de pessoas trans existentes em nosso país, estimativa referendada pelas próprias associações da categoria, indicam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que um gay (GRUPO GAY DA BAHIA, 2019, p. 2)

Primeiramente, em análise mais detida do mapeamento dos casos de transfeminicídio no Brasil, a Rede Trans Brasil⁷ (2019) informa que das 150 mortes de pessoas trans ocorridas no Brasil no ano de 2018, 102 vítimas foram identificadas como travestis, 27 vítimas foram identificadas como mulher trans e 17 não foram identificadas corretamente, casos de mulheres trans e travestis, que foram noticiadas como “homossexual” e que não definia o gênero de modo adequado. Nesse caso, ao analisar os números de assassinatos de mulheres trans e travestis mais a categoria “não- informado”, percebemos que correspondem a um total de 97% dos casos (146 ocorrências), sendo essa razão pela qual se utiliza a expressão “transfeminicídio” para se referir ao extermínio de pessoas trans no Brasil.

A expressão “transfeminicídio” é a forma como Berenice Bento (2017) denomina os homicídios de pessoas trans motivados por transfobia. Isso se dá em razão dos homicídios serem motivados pelo gênero da vítima. O gênero, importante frisar, não existe sem o reconhecimento social, sendo assim, não basta o sujeito dizer "eu sou mulher", é necessário que o outro reconheça a afirmação desse sujeito como legítima. O transfeminicídio seria a expressão mais potente e trágica do caráter político das vivências de gênero. A pessoa é assassinada porque além de romper com os destinos naturais do seu corpo generificado, faz isso

em Viena, no Primeiro Conselho Transgênero Europeu como European Transgender Network e, atualmente, encontra-se registrada como Transgender Europe. Desde 2009, em colaboração com a revista online Liminalis, a TGEU executa o Projeto de Monitoramento de Assassinatos Trans (TMM) a fim de registrar as muitas pessoas que todos os anos ao redor do mundo são mortas como resultado da transfobia. Para maiores informações acerca da história e da atuação da organização, ver: <https://tgeu.org>.

⁶ O Grupo Gay da Bahia é a mais antiga associação de defesa dos direitos humanos voltada a população LGBT no Brasil, tendo sido fundado em 1980 e registrado como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983, para então ser declarado de utilidade pública municipal em 1987. Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil e desde 1995 faz parte do comitê da Comissão Internacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas (IGLHRC) Ocupa desde 1995 a Secretaria de Direitos Humanos da ABGLT, e desde 1998 a Secretaria de Saúde da mesma. O Grupo Gay da Bahia é uma entidade guarda-chuva que oferece espaço para outras entidades da sociedade civil que trabalham em áreas similares especialmente no combate a homofobia e prevenção do HIV e aids entre a comunidade e a população geral. Para maiores informações acerca da história e da atuação da organização, ver: <https://grupogaydabahia.com.br>.

⁷ A Rede Trans Brasil, como é comumente chamada a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, teve sua fundação e registro no ano de 2009 na cidade do Rio de Janeiro enquanto instituição nacional que representa pessoas Travestis e Transexuais do Brasil. A Rede Trans Brasil desde 2011 é a única rede filiada à rede LacTrans, rede exclusiva para discussão na América Latina e Caribe da temática de travestis e transexuais internacionalmente. Para maiores informações acerca da história e da atuação da organização, ver: <http://redetransbrasil.org.br>.

publicamente, sendo um risco à normalidade e devendo ser retirada do convívio social, conforme demonstra Berenice Bento:

a principal função social deste tipo de violência é a espetacularização exemplar. Os corpos desfigurados importam na medida em que contribuem para coesão e reprodução da lei de gênero que define que somos o que nossas genitálias determinam. Da mesma forma que a sociedade precisa de modelos exemplares, de herói, os não exemplares, os párias, os seres abjetos também são estruturantes para o modelo de sujeitos que não devem habitar a nação (BENTO, 2017, p. 2)

Por um lado, é elogiável a referida expressão pelo fato de trazer visibilidade ao processo de extermínio que a população trans vem sofrendo no contexto brasileiro, indicando que a transfobia é um marcador determinante nos homicídios praticados nesse contexto. Por outro lado, questiona-se a utilização da palavra “feminicídio” em conjunto com o prefixo “trans”, uma vez que grande parte das vítimas de homicídio causados por transfobia no Brasil são travestis, pessoas que geralmente não se identificam como mulheres, exprimindo seu gênero de forma não binária. Além disso, é preciso também levar em consideração que homens trans também podem ser vítimas de homicídio transfóbico no Brasil. Sendo assim, cabe ainda uma maior reflexão sobre as escolhas semânticas da expressão “transfeminicídio”.

Outro ponto que vale menção é o fato das instituições operarem numa lógica de perpetuar essa violência contra pessoas trans, uma vez que sua identidade é negada pelos órgãos de segurança pública e pelos meios de comunicação de massa, conforme denunciam os dados catalogados pela Rede Trans Brasil (2019, p. 7). Os veículos de comunicação ainda expõem travestis e transexuais, perpetuando o estigma e a discriminação, revelando uma falta de entendimento e uma certa má vontade em retratar a realidade social dessa população.

O que se percebe que ainda há a necessidade de formação e propagação em processos educativos de termos e expressões que reflitam adequadamente a realidade das pessoas trans na atualidade, principalmente para combater e desconstruir o conservadorismo na linguagem jornalística e na sociedade, pois ainda é muito recorrente o desrespeito ao gênero pessoas trans. Depois de sua morte, a pessoa assassinada retorna ao gênero e ao nome imposto quando do seu nascimento, reiterando, assim, o poder do gênero enquanto lei que organiza e distribui os corpos (vivos ou mortos) nas estruturas sociais.

Em segundo lugar, quanto à idade das pessoas trans assassinadas, a Rede Trans Brasil (2019) observou que a faixa etária como maiores ocorrências está entre 21 a 25 anos, e que a maioria está abaixo dos 35 anos, enquanto a expectativa de vida da população em geral é de 75,5 anos, de acordo com informações divulgadas em dezembro de 2016 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso se dá pelo fato das crianças e adolescentes trans acabarem por ser afetados mais fortemente por esse processo de apagamento físico e social.

Berenice Bento, ao analisar a violência perpetrada contra a juventude trans, aponta que, via de regra, quando as famílias descobrem que o filho ou a filha está se rebelando contra os padrões hegemônicos de gênero e expressa seu desejo de usar roupas e brinquedos que, segundo a sociedade, não são apropriados para seu gênero, o caminho escolhido para “consertá-lo” é a violência. De acordo com a autora, “geralmente, entre os 13 e 16 anos as pessoas trans fogem de casa e encontram na prostituição o espaço social para sobrevivência financeira e construção de redes de sociabilidade” (2017, p. 2).

A situação descrita pela pesquisadora evidencia uma rede de relações de poder e de violência que regulam os corpos trans. Após começarem a expressar um gênero diferente do que lhes foi atribuído no nascimento, esses jovens passam a enfrentar uma verdadeira luta para viver sua identidade. Além do risco constante de serem vítimas de crimes de ódio, ou seja, serem apagados fisicamente e exterminados, esses jovens ainda sofrem com o apagamento social, pois são excluídos do mercado de trabalho, têm enorme dificuldade para acessar serviços de saúde, são hostilizados e violentados nas escolas e frequentemente sofrem com a incompreensão e a rejeição familiar. Em todos os campos⁸ supracitados, o sujeito trans é um agente não-hegemônico que se encontra em uma posição de vulnerabilidade, de exclusão e de dominado.

⁸ Adota-se, para este projeto, a noção de “campo” conforme trazida na obra de Pierre Bourdieu. O referido autor define campo como um espaço estruturado de posições onde dominantes e dominados lutam pela manutenção e pela obtenção



Sem dúvida, o primeiro contato de um jovem transexual ou travesti com a vida em sociedade é marcado fortemente pela violência física, pela violência simbólica⁹ e pelo apagamento nas suas mais diversas formas. Em sede de pesquisa empírica no ambulatório trans de Belém/PA, tendo como enfoque pessoas trans e suas narrativas em torno das práticas de saúde do SUS, uma das entrevistadas, identificada como mulher trans, apresentou de forma clara a sua experiência com esse apagamento físico e social:

Daí você pensa, numa pessoa sem condições, da perifa, que a família não aceita e expulsa de casa cedo por ser trans ou ser travesti, o que ela vai fazer? Ela vai para a rua e vai se prostituir. É muito fácil falar “ai, então arranja um emprego” mas ninguém quer empregar uma pessoa trans. E uma vez na rua, a mulher trans ela se depara com todo tipo de violência e o Brasil é o país que mais mata mulheres trans no mundo, porque se a família descobre ela mata, se ela for para rua se prostituir, o cliente vai e mata. O transfóbico, homofóbico vai e mata. O cafetão vai e mata. Até a polícia que em tese serve para proteger mata (OLIVEIRA, 2017, p. 127)

Por fim, a causa da morte também é um dado de registro e análise imprescindível, uma vez que a Rede Trans Brasil (2019) observou que em sua maioria o assassinato ocorre por meio de tiros de arma de fogo (71 casos), seguido por facadas (33 casos) e espancamento com (10 casos). Também foram registrados homicídios por pauladas, afogamento, pedradas, atropelamento, estrangulamento, queimada, asfixia, dentre outras causas que indicam que os transfeminicídios são marcados pelos requintes de crueldade.

Conforme defende Berenice Bento (2017, p. 2), o transfeminicídio ocorre na forma de uma morte ritualizada e as mortes acontecem em vias públicas, principalmente nas ruas desertas e à noite, uma vez que “não basta um tiro fatal, ou uma facada precisa ou um atropelamento definitivo. Os corpos são mutilados por dezenas de facadas, por inúmeros tiros. Os corpos são desmembrados pelo peso do carro que o atropela várias vezes” (BENTO, 2017, p. 2). Quando as agressões ocorrem, costumam ser múltiplas, com a utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos muitas vezes concentrados na região da face e nos órgãos genitais, conforme apontam Seffner e Passos (2016, p. 146).

Dessa forma, é necessário pensar políticas de segurança pública que sejam voltadas para coibir as práticas de crimes motivados pela transfobia. Não somente políticas públicas de segurança devem ser criadas, mas também devem ser elaboradas e adequadas às particularidades do transfeminicídio, levando em consideração que, conforme defende Luiz Mott, em declaração presente no relatório do Grupo Gay da Bahia (2019, p. 20), há cinco soluções emergenciais para a erradicação dos crimes homotransfóbicos no Brasil:

- Educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos e cidadania dos LGBT
- Aprovação de leis afirmativas que garantam a cidadania plena da população LGBT, equiparando a homofobia e transfobia ao crime de racismo

de determinados postos. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam manter ou alcançar determinadas posições, obtidas mediante a disputa de capitais específicos, valorizados de acordo com as características de cada campo. Ressalte-se que o campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu (2004, p. 22), todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (BOURDIEU, 2004, p. 22). Nesse sentido, é comum que as lutas assumam características distintas em cada campo, mas sua existência é comum a todos eles, já que “em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p. 89). As pessoas trans, nesse caso, são agentes que, em diversos campos, ocupam as posições inferiores, dominadas, responsáveis por estratégias que variam entre a conservação e a contestação por não terem o capital da inteligibilidade de gênero, conceito que será desenvolvido mais detidamente ao longo da pesquisa.

⁹ Entende-se violência simbólica como práticas dominadoras institucionalizadas que exercem uma violência simbólica sobre o indivíduo, ou seja, nas palavras de Pierre Bourdieu (2014, p. 12), uma “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2014, p. 12).

- Políticas públicas na área da saúde, direitos humanos, educação, que proporcionem igualdade cidadã à comunidade LGBT
- Exigir que a Polícia e Justiça investiguem e punam com toda severidade os crimes homo/transfóbicos, uma vez que a certeza da impunidade e o estereótipo do LGBT como fraco, indefeso, estimulam a ação dos assassinos
- Finalmente, que os próprios gays, lésbicas e trans evitem situações de risco, não levando desconhecidos para casa e acertando previamente todos os detalhes da relação.

Importante finalizar esse mapeamento de violência trans com o alerta de que os dados citados ainda são mascarados pela subnotificação e pela dificuldade de contabilizar os crimes. Os incidentes motivados por ódio transfóbico encontram-se entre os menos registrados e documentados, sendo difícil obter informações confiáveis acerca dos homicídios perpetrados contra esses grupos. Na prática, não existe no Brasil uma política sólida de documentação do número de crimes de ódio cometidos contra pessoas trans. E, nos casos em que há registros, são comuns, por exemplo, notícias e boletins de ocorrência que identificam a vítima como “homem com roupas de mulher”, apagando simbolicamente a existência das identidades trans.

2) Dispositivo de poder: dinâmicas de subjetivação e dessubjetivação do indivíduo

Abordar a sexualidade não é uma tarefa fácil, considerando que a organização social da sexualidade não é um dado fixo ou estável. Muito pelo contrário, a sexualidade é modelada sob um complexo arcabouço de circunstâncias históricas e políticas. No entendimento de Jeffrey Weeks (2000, p. 58), à medida que entramos no período conhecido como “pós- modernidade”, “é provável que vejamos uma nova e radical mudança nos modos como nos relacionamos com nossos corpos e com suas necessidades sexuais” (WEEKS, 2000, p. 58). Segundo o autor, o desafio reside no fato de tentar compreender de forma efetiva as relações de poder que estão em ação nesse campo.

Desse modo, entende-se que a sexualidade não é algo dado, natural e imutável, mas uma construção histórica, cultural e social sobre os modos de sentir e experimentar o corpo, os desejos e as relações. No âmbito das relações de poder estudadas por Foucault, a sexualidade seria um dos elementos dotados de maior instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras e servindo de articulação às mais variadas estratégias. As discussões de Foucault, principalmente em sua obra *História da sexualidade – a vontade de saber* (1988), são referências à compreensão dessas estratégias:

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação de conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1988, p. 100)

Ao retirar a condição natural da sexualidade, Foucault entende que a sexualidade pode ser definida como um dispositivo, ferramenta conceitual criada pelo autor que permite pensar as relações de poder. Isso significa que, em primeiro lugar, “caso quisermos estudar as relações de poder (ou, através dessas, o universal ‘Estado’), devemos identificar os dispositivos que as ‘coordenam’ e as moldam constantemente” (DELUCHEY, p. 177). Para entender como surge esse dispositivo da sexualidade, é preciso inicialmente considerar que, sob a ótica foucaultiana, um dispositivo é:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2015, p. 364)



Em se tratando da função estratégica do dispositivo, faz-se necessário evidenciar o caráter de uso contextual do dispositivo, uma vez que em determinado período histórico houve como necessidade “responder a uma urgência”, destacando-se assim a função estratégica do dispositivo e realçando sua capacidade de manobra, de tática e de manipulação. Ao se afirmar que o dispositivo revela uma natureza fundamentalmente estratégica significa admitir tratar-se, segundo Foucault (1979, p. 246), “de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las” (FOUCAULT, 2015, p. 367).

Com efeito, para Foucault, o dispositivo é um agrupamento heterogêneo que abarca desde o dito, até o não dito, épistêmè e instituições, elementos discursivos e não-discursivos. Dessa forma, a construção foucaultiana de dispositivo envolve discursos produzidos num campo de cientificidade, a partir da produção de saberes científicos, morais, filosóficos, religiosos e das relações de poder que essa produção cria. Aliados aos elementos discursivos, há os elementos não discursivos, as instituições, indo desde igrejas, escolas, prisões, instituições sociais, até normas, regulamentos, leis, postulados e decisões regulamentares.

Ressalte-se que, no entendimento de Weinmann (2006, p. 17), “dispositivo” foi a ferramenta metodológica utilizada por Foucault para referir-se a um determinado agrupamento de práticas que constituem um sujeito em uma trama de saberes e em um feixe de forças que lhes são imanentes. Para Weinmann, o conceito de dispositivo seria peça essencial para a problematização foucaultiana do sujeito, uma vez que Foucault concebe o assujeitamento, a “criação do sujeito” sempre ligado à trama de saberes e de poderes de um dispositivo. Nesse sentido, acerca da forma como o dispositivo age no assujeitamento, na constituição de sujeitos, Deluchey (2016, p. 184) lembra que:

é preciso o pesquisador realizar um esforço metodológico particular no objetivo de enxergar a ação dos dispositivos normativos em vários contextos, bem como, sua influência nos atores sociais, especialmente para os atores que não participam do desenho estratégico do dispositivo (DELUCHEY, P. 184)

Segundo o referido autor, não apenas devem ser estudados os dispositivos normativos em si, isto é, seus elementos discursivos e não-discursivos, mas também serem levados em conta os impactos dos mesmos na dimensão intraindividual do sujeito, uma vez que “dentro de cada indivíduo que vai interiorizando e naturalizando os comandos sociais e os referenciais destes dispositivos e acaba se autorregulando, se autocontrolando e, finalmente, se moldando seguindo a lógica dos referidos dispositivos” (DELUCHEY, p. 184).

Esse processo de subjetivação do indivíduo a partir dos dispositivos operado em uma dimensão intraindividual dialoga com a análise de Gilles Deleuze acerca da “dobra” de um indivíduo. Para o filósofo, a subjetivação é uma individuação particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento, uma vida, um modo intensivo e não um sujeito pessoal. A subjetivação seria, portanto, “uma dimensão específica sem a qual não se poderia ultrapassar o saber nem resistir ao poder” (DELEUZE, 2008, p. 123-124).

Assim como Foucault, Deleuze também combate a noção de sujeito essencializado, dotado de uma identidade unitária de contornos estáveis. Para o filósofo, o sujeito está constantemente mudando, sendo dobrado, modificado, por feixes de poder que incidem de dentro para fora. De acordo com Deleuze (2008, p. 123), a subjetivação seria um processo que se constitui a partir da “dobra”, ferramenta metodológica desenvolvida pelo autor que significa:

Transpor a linha de força, ultrapassar o poder, isto seria como que curvar a força, fazer com que ela mesma se afete, em vez de afetar outras forças: uma ‘dobra’, segundo Foucault, uma relação da força consigo. Trata-se de ‘duplicar’ a relação de forças, de uma relação consigo que nos permita resistir, furtar-nos, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder (DELEUZE, 2008, p. 123)

Dessa forma, mediante o conceito de “dobra”, concebe-se o sujeito não mais como um círculo hermético que divide a parte interna do “eu” da parte externa do “mundo”. A dobra deleuziana escapa desse dualismo de exterioridade absoluta e interioridade unificada e pode ser compreendida como a criação de novas possibilidades de existência pelo indivíduo, com a subjetivação sendo “dobra” da parte externa do “mundo”



para a parte interna do “eu”, daí surgindo a ideia de sujeito como “obra-em-andamento”. Ao analisar esse fenômeno, Weinmann (2006, p. 21) entende que:

esse novo domínio – o si próprio – é continuamente penetrado, recuperado e reintegrado em novos saberes e poderes, que o recodificam e rediagramatizam, de modo a assujeitar (ao outro: submissão; a si próprio: identidade) a subjetivação. Deleuze aponta que é próprio à subjetivação resistir à sujeição e que ela não deixa de relançar a relação consigo redobrando-se, desdobrando-se, metamorfoseando-se. (WEINMANN, 2006, p. 21)

Uma importante contribuição trazida a essa análise da subjetivação do indivíduo mediante o dispositivo é o entendimento agambeniano¹⁰ de dispositivo. Para o autor, o dispositivo é muito mais do que um processo de subjetivação, isto é, de produção de subjetividades, de sujeitos. Dispositivo, na vigente fase do capitalismo, é qualquer coisa que tenha a capacidade de desfazer subjetividades.

Agamben (2005) entende que os dispositivos agem na contemporaneidade mais pela “dessubjetivação”, que pela subjetivação dos indivíduos, isto é, pelo desfazimento do eu, pela perda de sua autonomia, pelo apagamento de sua identidade. Isso se dá porque, no capitalismo contemporâneo, existe uma proliferação dos dispositivos, fazendo com que uma mesma pessoa seja objeto de múltiplos processos de subjetivação, levando a um processo diverso, de apagamento e/ou desfazimento do seu “eu”, ou seja, “dessubjetivação”.

Dessa forma, deve ser a partir da noção ampliada de dispositivos trazida por Deleuze e por Agamben, que, nesta pesquisa, as sexualidades podem ser analisadas, inquiridas, interpretadas na atualidade dos acontecimentos que a cercam. Contudo, de forma a melhor compreender a dinâmica de dessubjetivação que as pessoas trans sofrem ao serem atravessadas, moldadas, por inúmeros feixes de relações de poder e de violência que permeiam as sexualidades, é igualmente importante adotar a noção foucaultiana de dispositivo de sexualidade, introduzida pelo autor em *Microfísica do Poder* (2015).

Segundo Jeffrey Weeks (2000, p. 26), a sexualidade configura-se como uma questão explicitamente crítica e política, merecendo, portanto, uma investigação e uma análise histórica e sociológica cuidadosas. Jeffrey Weeks (2000, p. 35) defende que o estudo formulado por Foucault do dispositivo da sexualidade está profundamente relacionado com a análise que ele faz da “sociedade disciplinar”, uma sociedade de vigilância e controle característica das formas modernas de regulação social. De fato, Foucault denominou de dispositivo da sexualidade a forma como a sexualidade tornou-se a chave de acesso à gerência e ao controle da produção dos corpos, subjetividades e populações para a manutenção das relações de poder, permitindo a regulação da população por meio do exercício do poder sobre a vida, ou seja, o biopoder.

Logo, a sexualidade teria um papel crucial na regulação social pela ação do biopoder, pois o sexo é cerne ao redor do qual toda a tecnologia da vida se desenvolve. A importância do sexo nessa dinâmica de regulação se daria por este ser o meio de acesso tanto à vida do corpo quanto à vida da espécie, oferecendo assim um meio de regulação tanto dos corpos individuais quanto do comportamento da população enquanto corpo político. Isso é constatado nas palavras de Foucault (1988, p. 157), que ao abordar o papel do biopoder no controle e gerenciamento das sexualidades, entende que “um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero, não tem que traçar uma linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano” (FOUCAULT, 1988, p. 157).

Nesse raciocínio, como todo dispositivo tem sua gênese em uma estratégia, em uma necessidade de “responder a uma urgência”, a demanda que o dispositivo da sexualidade buscaria responder seria o controle da anormalidade, da patologia, identificando os corpos que não se amoldavam à lógica heterossexual e binária

¹⁰ O dispositivo agambeniano é revisitação e, ainda, um alargamento da ideia foucaultiana de dispositivo, considerando que o Agamben (2005) entende que: “chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões. Os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar - se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEN, 2005, p. 13).



de sexualidade. A Medicina tratou de investigar a sexualidade, catalogando as sexualidades dissonantes e enquadrando os perversos sexuais no âmbito da anormalidade e da patologia. Portanto, o dispositivo da sexualidade viria a ser uma lógica de poder e verdade construída sobre o sexo, diretamente relacionada com a construção da ideia naturalizada de sexo, sustentando como um elemento natural, biológico e coerente. Há uma redução de singularidades, uma vez que se definiu uma verdade do que viria ser sexo, moldando um padrão de sexualidade. Trata-se de um nítido apagamento de formas de vidas, pois todo indivíduo deve ser encaixado em um molde de normalidade do sexo “natural”, adstrito às ideias de heterossexualidade.

No caso das vivências trans, ainda existe uma especificidade atinente ao dispositivo da sexualidade, haja vista a produção dos discursos médico-científico e a elaboração de manuais diagnósticos como mecanismos de conceituação, diagnóstico e tratamento da transexualidade. Essa estratégia visa a atender a demanda da biopolítica de conformar o indivíduo transexual aos padrões de inteligibilidade social, provando assim que é possível não somente existir um dispositivo da sexualidade, mas também um dispositivo da transexualidade. A partir de tal perspectiva, defende-se nesta pesquisa a existência de um dispositivo da transexualidade¹¹, nos moldes que Fátima Lima (2011, p. 119) estabelece:

A ideia da transexualidade, enquanto dispositivo, reflete um conjunto de saberes que, através de relações e práticas de poder, estabeleceram sobre os corpos, o sexo e a sexualidade toda uma organização conceitual e prática que permitiu e legitimou a transexualidade como um fenômeno por excelência do âmbito médico, principalmente psiquiátrico. A genealogia desse processo encontra ressonância no dispositivo da sexualidade e na força da *Scientia Sexualis* a partir dos séculos XVIII e XIX (LIMA, 2011, p. 119)

A autora defende que, a partir do momento em que o biopoder se tornou o modelo contemporâneo de produção e controle de subjetividades, a transexualidade, gradativamente, transformou-se em um objeto próprio, com características particulares e com a singularidade de ser uma doença. Dessa forma, na concepção de Fátima Lima, a construção do dispositivo da transexualidade deve ser entendida dentro de um contexto histórico e político de medicalização tanto do corpo individual quanto do corpo social. Seguindo a ótica foucaultiana, o dispositivo da transexualidade se configuraria, portanto, num conjunto de enunciados, práticas, postulados, teses científicas, categorias diagnósticas, experiências, instituições, entre outros elementos que compõem um regime de enunciados e práticas que consolidaram as vivências trans como “transtornos de identidade de gênero” e “disforias de gênero”.

Portanto, seguindo as discussões aqui trazidas, conclui-se que o dispositivo da transexualidade se conforma em um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que materializam a transexualidade nas figuras do “transexualismo”, do “transtorno de identidade de gênero” e da “disforia de gênero” presentes nos manuais diagnósticos, todos estes entendidos num contexto de medicalização do corpo individual e social durante os séculos 18 e 19. Dessa forma, criou-se não só um padrão heterossexual de normalidade do sexo, como aquele existente no dispositivo da sexualidade, mas também um padrão cisgênero de normalidade do sexo, existente no dispositivo da transexualidade.

Contudo, não basta apenas revisitar as formações históricas que possibilitaram a emergência e consolidação do dispositivo da transexualidade, e analisar suas atualizações e suas diversas configurações nos manuais diagnósticos, conforme expõe Fátima Lima (2014a, p. 43):

não basta inquirir como os modos de vida trans podem se fazer representar mais plenamente na linguagem, na política e no jurídico. É preciso compreender como as identidades trans são produzidas e reprimidas pelas mesmas estruturas de poder nas quais busca emancipação (LIMA, 2014a, p. 43)

¹¹ Apesar da nomenclatura utilizada pela autora ser “dispositivo da transexualidade”, esse processo concerne a todas as vivências trans que foram categorizadas, medicalizadas e singularizadas como doenças, tais como a travestilidade e as outras transgeneridades. Posteriormente, Fátima Lima (2014b, p. 61) passaria a usar a nomenclatura “dispositivo trans”. Entretanto, optou-se por usar a nomenclatura original “dispositivo da transexualidade” por ser de uso mais frequente em seus estudos e ainda ser referenciada por diversos outros autores.



Urge, portanto, na análise das estratégias envolvidas no dispositivo da transexualidade, aprofundar a ideia de que, no âmbito do próprio dispositivo, as linhas de força estão em constantes disputas, produzindo regimes discursivos e práticos baseados em uma situação de dessubjetivação da população trans. Como coloca Deleuze (1990, p. 155) em análise ao estudo foucaultiano de um dispositivo é preciso “desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que ele chama de ‘trabalho de terreno’. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas” (DELEUZE, 1990, p. 155).

Dessa forma, é preciso enxergar a ação do dispositivo em vários contextos e sua influência nas pessoas trans, seus impactos na dimensão intraindividual das pessoas que são categorizadas como sexualmente desviantes, analisando de que forma e com qual extensão os indivíduos se encontram obrigados a se adequar ao dispositivo e quais as punições aplicadas aos sujeitos que não se conformam. Para isso, será analisado o fenômeno do transfeminicídio no Brasil, de forma a averiguar quais as estratégias de poder existentes nesse dispositivo da transexualidade e quais as relações de poder que permeiam essa situação específica.

3) Apagamento trans: dessubjetivação de pessoas trans mediante homicídios transfóbicos

Todo o trabalho de Foucault poderia ser visto como uma análise filosófico-histórica das práticas de subjetivação, pois ele próprio reconheceu que “não é o poder, mas o sujeito o que constitui o tema geral de minhas investigações” (FOUCAULT, 1995, p. 232). Essas práticas de subjetivação, importante dizer, são práticas de objetivação. São modos de como o sujeito foi objeto de saber e de poder, para si mesmo e para os outros, tal como Foucault entende que ocorre na sexualidade¹². Essa afirmação, referida à história da sexualidade, pode ser estendida a todo o seu trabalho, uma vez que “as noções de governo e governamentalidade nos permitem compreender porque é o sujeito, e não o saber ou o poder, o tema geral das investigações de Foucault” (CASTRO, 2016, p. 189).

Foucault desenvolveu inicialmente a noção de governamentalidade no curso dado por ele no Collège de France em 01 de fevereiro de 1978, publicado no Brasil em *Microfísica do Poder* como o texto “A governamentalidade”. Nele, Foucault procura analisar a arte de governar, fazendo o inventário das transformações ocorridas nas formas de governo, a passagem do poder soberano à arte de governo e desta à economia política, e de como a população adquiriu importância e singularidade e constituiu-se como problemática da gestão governamental.

Como resultado de um processo de governamentalização do Estado Moderno, a noção de governamentalidade em Foucault pode ser entendida mediante três diferentes noções, mas principalmente como:

O conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2015, p. 429)

Em sua análise acerca das novas formas de governamentalidade consolidadas no século XIX, Foucault descreve ao longo de seu curso “Nascimento da Biopolítica” (2008) se vive na era da governamentalidade neoliberal. Percebeu-se, segundo o filósofo, que a prática governamental adotou a racionalidade econômica ou mercadológica como tecnologia de governo, surgindo uma nova arte de governar.

Para Foucault (2008, p. 302), diferente do que ocorria nas sociedades de soberania, o que passa a prevalecer na ordem social é a inserção do saber econômico na prática governamental:

Nesse novo cenário, o que caracteriza o Estado é a arte de governar as massas de acordo com os interesses da ordem econômica neoliberal. Partindo da teoria do capital humano, Foucault

¹² No artigo que Foucault escreveu com o pseudônimo Maurice Florence, para o *Dictionnaire des Philosophes* (1984) de D. Huisman como a entrada para o verbete “Foucault”, concluiu-se que “on voit comment le thème d'une histoire de la sexualité peut s'inscrire à l'intérieur du projet général de Michel Foucault : il s'agit d'analyser la sexualité comme un mode d'expérience historiquement singulier dans lequel le sujet est objectivé pour lui-même et pour les autres, à travers certaines procédures précises de gouvernement” (FLORENCE, 1984, p. 944). Ressalte-se que o referido artigo foi posteriormente reimpresso em *Ditos e Escritos* Vol. IV, como o escrito nº 345, intitulado “Foucault”.



observa que é a partir da inserção do saber econômico na arte de governo que vai permitir reinterpretar em termos econômicos o que antes era considerado não econômico (FOUCAULT, 2008, p. 302)

A razão de Estado desenvolve-se em benefício de uma nova governamentalidade, isto é, de uma nova maneira de governar, focada na razão neoliberal. Nesse cenário, o que passa a valer dentro da ordem social é o neoliberalismo enquanto arte de governo. O neoliberalismo baseia-se em um conjunto de princípios de valorização do mercado e de suas regras naturais. As regras naturais do mercado, portanto, expandem-se aos mais diversos setores da vida social e vão ditar as regras de funcionamento dos mesmos.

Nesse sentido, para a governamentalidade neoliberal, apenas se reconhece como sujeito aquelas pessoas que buscam se integrar à regra do capital, ou nas palavras de Foucault, “os empresários de si mesmo”. Esse novo arranjo estatal funda-se na normalização de sujeitos e aqueles não adaptados pelo mercado e suas regras, que acabam por serem postos à margem de todo o sistema de integração e passam a ser vistos como “perigo” ao “funcionamento do sistema”, por isso serão controlados, gerenciados, apagados e dessubjetivados.

Acerca da governamentalidade neoliberal e seu impacto nas relações interindividuais e intraindividuais dos sujeitos, Deluchey (2016, p. 185) entende que:

Por sua vez, segundo a arte neoliberal de governar, busca-se normalizar as pessoas a partir de dispositivos reguladores. O que importa, na sociedade neoliberal, é definir o normal e o anormal, e deduzir daí as normas e instituições necessárias à instauração de uma governamentalidade, uma arte de governar que vai passar não apenas pelo Estado, mas também vai penetrar as relações interindividuais e intraindividuais, por meio do controle recíproco e do autocontrole dos indivíduos (DELUCHEY, 2016, p. 185)

Posto isto, vê-se que a razão neoliberal, na qual o saber econômico para ser considerado como o lugar de verdade de todo o sistema, constitui o pano de fundo principal para reflexões sobre os dispositivos que incidem sobre as pessoas trans. Comumente categorizadas como indivíduos e grupos sociais cujas condutas e modos de vida estão fora da ordem do “normal” e do “útil”, as pessoas trans são sujeitos que não têm como se enquadrar completamente na lógica de capital. Elas representam sujeitos que não são capazes de se incluir na lógica de mercado, já que são frequentemente excluídas dos mais diversos campos de poder, como a família, a escola e o mercado de trabalho. Os dispositivos, respondendo a essa urgência, incidem no controle, gerenciamento e dessubjetivação dessas pessoas para que não perturbem a lógica de mercado e capital que alimenta a arte de governar atual. Por esse motivo, se tornam alvos de violência física e simbólica expressa em dispositivos institucionais e normativos que tencionam as relações sociais e de poder visando ao progressivo apagamento de suas formas específicas de vida, sua dessubjetivação.

Entretanto, não é somente à consolidação da economia de mercado e à lógica do consumo que as formas de vida devem se adequar para serem enquadradas como “normais” ou “socialmente aceitáveis” no contexto neoliberal. Judith Butler (2003, p. 38), fortemente influenciada pelos escritos de Foucault, postula em sua obra *Problemas de Gênero – Feminismo e subversão da identidade* (2003) que, para um indivíduo ser “inteligível”, isto é, compreensível dentro de sua cultura, é preciso que mantenha um conjunto de relações de coerência e continuidade de sexo, gênero, prática sexual e desejo:

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (BUTLER, 2003, p. 38)

Essa matriz heterossexual é imposta social e culturalmente e deve ser seguida linearmente. O sexo, o gênero e a prática e desejo sexual devem estar todos de acordo com o que é idealizado socialmente, ou seja, devem manter uma coerência. O pensamento estabelecido considera que uma pessoa nascida com órgãos genitais femininos tenha um sexo feminino (por exemplo, seja uma mulher em seus caracteres físicos), um



gênero coerente (uma mulher, nesse caso, deveria ser feminina) e um desejo heterossexual (no caso da mulher, um interesse sexual exclusivo por homens).

Dessa forma, num contexto de matriz heterossexual, para um indivíduo ser “inteligível” dentro de sua cultura, é preciso manter um conjunto de relações de coerência e continuidade em diversos aspectos, pois, fora dessa “inteligibilidade da existência” ficam todos os sujeitos que ultrapassem os limites dessa continuidade. Em decorrência disso, os corpos existentes, ou seja, os que possuem legitimidade para uma existência cultural, acabam sendo os corpos heterossexuais, enquanto os outros corpos, que fogem dos limites estabelecidos para compreensão de um corpo como corpo, configuram corpos instáveis e problemáticos, abjetos.

A emergência de sujeitos, cujo gênero é incoerente e descontínuo, como as pessoas trans, abala a noção de uma identidade estabilizada por aspectos como sexo e gênero e esse sujeito se torna um perigo, um risco à sociedade, surgindo assim uma urgência a ser respondida por um dispositivo. O dispositivo da transexualidade então é chamado para reconhecer uma existência trans, marcá-la como desviante (ou ainda, anormal, doente, pervertida, transviada) e, por conseguinte, controlá-la, gerenciá-la e apagá-la simbólica e fisicamente a partir de violências que limitariam e cerceariam a liberdade dos corpos e das mentes.

Então, para as pessoas transexuais, enquanto indivíduos que desafiam a inteligibilidade do gênero, resta confrontar o biopoder e seus mais variados campos de expressão, como o Direito, a Bioética, a Saúde Pública e a Medicina, que objetivam assegurar um modo hegemônico de existência a esses indivíduos considerados pela sociedade como desviantes. Aos transexuais e travestis é criado um molde a se readequarem, mudando a genitália, para que o gênero volte a ser inteligível. Entretanto, esse raciocínio acaba reforçando segmentações e discriminações, principalmente em relação a quem não se enquadra nessa expectativa, tais como as travestis e pessoas trans não-binárias.

Sendo assim, na tarefa de investigar o fenômeno social do extermínio de pessoas trans e identificar as estratégias de poder que dariam sentido às práticas e aos discursos sociais de normalização das pessoas trans, podem ser traçadas algumas análises preliminares sobre as relações de poder imbrincadas no fenômeno do transfeminicídio no contexto brasileiro. Com base no conceito de governamentalidade neoliberal desenvolvido por Foucault, verifica-se que toda vida contrária à consolidação da economia de mercado é considerada como anormal, legitimando assim diversos tipos de intervenção governamental contra grupos sociais politicamente minoritários considerados como desviantes. Como os dispositivos normativos, via discursos e instituições, obrigam o indivíduo a se conformar a uma forma de vida que mais beneficia a consolidação de mercado, as pessoas trans, indivíduos que desafiam as categorias “fixas” e “pré-moldadas” de gênero, são mantidas à margem da sociedade, como seres abjetos.

Quando os sujeitos não correspondem ao sistema hegemônico de gênero e à lógica do capital, surge uma rede de elementos heterogêneos que buscam a normalização desse sujeito, os dispositivos, abarcando desde discursos (científicos, morais, filosóficos, religiosos), passando por instituições (igrejas, escolas, prisões, instituições sociais, entre outros), e envolvendo normas, regulamentos, leis, postulados e decisões regulamentares. Essas vidas situadas à margem da sociedade são apagadas simbolicamente pelo poder, mas também podem chegar à consequência mais grave de apagamento da própria vida dos indivíduos que não apresentam chance de conformação, a exemplo, os casos de extermínio das pessoas trans ocorridos no Brasil.

Admitido o entendimento atribuído por Giorgio Agamben (2005) ao dispositivo, segundo o qual os dispositivos agem na contemporaneidade menos pela subjetivação dos indivíduos e mais pela dessubjetivação, verifica-se, no caso em apreço, o desfazimento do “eu” do sujeito, pela perda de sua autonomia e pelo apagamento físico e simbólico de sua identidade, sua existência. A estratégia do dispositivo da transexualidade, portanto, submetteria a pessoa trans a um processo de dessubjetivação, que começa pela atribuição da identidade de transexual, categoria que o objetiva, enquadra-o e separa-o da sua subjetividade, em um processo de desfazimento/apagamento do seu “eu” que o leva à marginalização dos campos de poder e, posteriormente, ao extermínio físico.

Com base nessas considerações, aponta-se que o fenômeno de extermínio de pessoas trans no Brasil, também chamado de transfeminicídio, é um dos vários mecanismos de normalização de corpos e de sexualidades desviantes, representando a estratégia derradeira de um dispositivo da sexualidade que busca normalizar (e higienizar) vivências de gênero mediante o apagamento físico e simbólico de indivíduos abjetos que não se adequam à lógica de mercado e à matriz heterossexual de sexo/gênero/sexualidade. Dessa forma, a situação de apagamento das pessoas trans, sua negação de individualidade e existência, operada em diversos níveis, tanto institucional quanto familiar, torna a morte brutal de uma mulher trans ou de uma travesti em um



evento praticamente invisível para a sociedade. O tratamento de completo descaso e abandono efetiva-se pelo não reconhecimento da humanidade desse sujeito, atravessada pelo apagamento e/ou desfazimento do seu “eu”. Enfim, o mais puro grau de dessubjetivação.

CONCLUSÃO

A partir das informações aduzidas na presente pesquisa, concluiu-se, em primeiro lugar, que o transfeminicídio é um fenômeno pungente na realidade brasileira, tendo em vista que, conforme apontam os dados produzidos por diversas organizações da sociedade civil, como Transgender Europe, Grupo Gay da Bahia e Rede Trans Brasil, o Brasil encabeça a lista de países nos quais são perpetrados homicídios transfóbicos. Foi possível também verificar que o gênero e a idade da vítima, as causas da morte e a forma como a mídia noticia os homicídios são marcadores que revelam as diversas relações de poder existentes em torno do transfeminicídio.

Ademais, para embasar as análises teóricas em face do transfeminicídio, coube discutir o dispositivo de poder enquanto uma categoria utilizada para expressar o conjunto de elementos discursivos e não-discursivos que respondem a uma estratégia específica, sendo responsável pelo processo de subjetivação - e dessubjetivação - dos indivíduos. Nesse sentido, aprofundou-se o entendimento que a própria “transexualidade” pode ser considerada um dispositivo, levando em consideração a noção de dispositivo de sexualidade defendida por Michel Foucault.

Ao final, levando em consideração as particularidades do transfeminicídio no Brasil, foi possível concluir que esse fenômeno atende algumas estratégias, como o controle de corpos para que se adequem a um mercado neoliberal, respondendo aos interesses do capital. Além disso, outra estratégia que foi identificada pela referida análise foi o controle dos corpos de pessoas trans frente à inteligibilidade de gênero para a manutenção da matriz heterossexual. Todas essas estratégias acabam determinando a dessubjetivação desses indivíduos, de forma que o apagamento de suas vivências acabe por ser traduzido como extermínio físico.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Outra Travessia. 2005.

BENTO, Berenice. **Brasil: país do transfeminicídio**. Rio de Janeiro: Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. A condição feminina e a violência simbólica. 1a ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

_____, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____, Pierre. **Algumas propriedades dos campos**. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Registro de violencia contra las personas LGBT en América: Ataques contra la vida y la integridade**. 2014. Disponível em: www.oas.org/es/cidh/lgtbi/docs/Registro-Violencia-LGBTI.xlsx. Acesso em: 03/04/2018.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 2008.





_____, Gilles. **¿Que és un dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Barcelona: Gedisa, 1990.

DELUCHEY, Jean-François Yves. **Sobre estratégias e dispositivos normativos em Foucault:** considerações de método. Revista da Faculdade de Direito UFG, V. 40, no 2. 2016.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas?:** Movimento homossexual e produção de identidades nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FLORENCE, Maurice. **Foucault in Huisman (D.)**, éd., Dictionnaire des philosophes, Paris, P.U.F., 1984.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____, Michel. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2008.

_____, Michel. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. GRUPO GAY DA BAHIA. Relatório 2017 de Assassinatos de LGBT no Brasil. 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: relatório 2018.** 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 03/04/2018.

IG SÃO PAULO. Homem é preso após matar e arrancar coração de travesti em SP: "Era um demônio". Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/04/04/policia-investiga-caso-de-travesti-encontrada-morta-em-angra-dos-reis.ghtml>. Acesso em: 03/04/2019.

LIMA, Fátima. **Produções e experiências trans – saber, poder e subversões.** In: LIMA, Fátima. Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação. Porto alegre: Rede UNIDA, 2014a.

_____, Fátima. **A construção do dispositivo trans:** saberes, singularidades e subversões da norma. In: LIMA, Fátima. Corpos, gêneros, sexualidades: políticas de subjetivação. Porto alegre: Rede UNIDA, 2014b.

_____, Fátima. **A invenção do dispositivo da transexualidade:** produção de “verdades” e experiências trans. In: Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 9, n. 28, p. 117-130, 2011.

OLIVEIRA, Manoel Rufino David de. **Despatologização das vivências trans:** o impacto da abolição do diagnóstico de gênero nos direitos das pessoas trans. [dissertação de mestrado]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2017.

PORTAL G1 SUL DO RIO E COSTA VERDE. Polícia investiga caso de travesti encontrada morta em Angra dos Reis. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2019/04/04/policia-investiga-caso-de-travesti-encontrada-morta-em-angra-dos-reis.ghtml>. Acesso em: 03/04/2019.

PORTAL G1 ARIQUEMES E VALE DO JAMARI. Travesti é assassinada a tiros após sair de festa em Burity, RO. Disponível em: <https://g1.globo.com/ro/ariquesmes-e-vale-do-jamari/noticia/2019/03/18/travesti-e-assassinada-a-tiros-apos-sair-de-festa-em-burity-ro.ghtml>. Acesso em: 03/04/2019.



REDE TRANS BRASIL. **Diálogos sobre viver trans.** Monitoramento: assassinatos e violação de direitos humanos de pessoas trans no Brasil. Dossiê 2018. 2019. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2019/01/Dossiê-Rede-Trans-Brasil-2018-Português-1.pdf>. Acesso em: 03/04/2018.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, v.20, n. 2, p. 71-99, Jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando; PASSOS, Amilton G. da S. **Uma galeria para travestis, gays e seus maridos:** Forças discursivas na geração de um acontecimento prisional. Sex., Salud Soc. (Rio J.) no.23 Rio de Janeiro May/Aug. 2016.

TRANSGENDER EUROPE. **Trans Murder Monitoring:** Transrespect versus Transphobia Worldwide. 2018. Disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2018/11/TvT_TMM_TDoR2018_PR_EN.pdf. Acesso em: 03/04/2018.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WEINMANN, Amadeu. **Dispositivo:** um solo para a subjetivação. In: Revista Psicologia & Sociedade, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 16-22, 2005.